ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir

COMUNICADO

O ESTUDO

Sugerido pelo Ministério das Finanças a sociedade Portuguesa teve conhecimento de um suposto estudo, independente, onde se faz uma análise comparativa das remunerações praticadas no sector público e no sector privado.

O estudo da Mercer indica uma segmentação das funções analisadas em três tipos distintos.

Funções do Tipo A, B e C.

As primeiras são as funções que existem no sector público e para as quais existem funções semelhantes no sector privado.

As do tipo B são as funções do sector público para as quais não existem funções semelhantes no sector privado.

As funções do tipo C são as do sector público para as quais existem funções semelhantes no sector privado, mas que não estão representadas neste estudo.

As Praças das Forças Armadas estão inseridas nas funções do tipo B pois são funções que existem no sector público, a Defesa Nacional, para as quais não existem funções semelhantes no sector privado.

E aqui reside a primeira das incongruências deste suposto "estudo". Como comparar aquilo que não pode ser comparável?

Passando ao que de facto importa reter deste estudo é lamentável que o governo português se tenha dado ao trabalho de criar mais um encargo ao erário público ao solicitar a esta empresa um estudo que, no que diz respeito às Forças Armadas, enferma de erros de natureza grosseira.

Afirma o estudo no seu ponto 6. "Análise Comparativa da Remuneração do sector Público e do Sector Privado", no que diz respeito às Forças Armadas, que, pasme-se, as Praças das Forças Armadas depois de apurado o Ganho Médio Mensal (GMM) estão a auferir um salário acima do que se paga no mercado.

O que se pode e deve questionar é onde se foi buscar a equivalência ao "mercado" para se comparar o GMM de uma Praça das Forças Armadas com qualquer outro trabalhador do chamado "mercado" olvidando todas as funções associadas às Praças das Forças Armadas que não se aplicam a qualquer outro trabalhador do "mercado".

Além de que este "estudo" feito por uma empresa que, é a própria que diz no anexo B que incorpora o referido "estudo", é uma empresa líder global em serviços de consultoria nas áreas de talentos, saúde, pensões e investimentos. Onde é que entra aqui a sua especialidade em Defesa Nacional?

ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS

Defender para Servir

COMUNICADO

Como se pode levar a sério este "estudo" quando trata uma matéria em que não existe nenhuma entidade com responsabilidade nas Forças Armadas que tenha contribuído com indicações e informações acerca do trabalho inerente à função de Praça das Forças Armadas, conforme consubstanciado no Anexo A do mesmo "estudo"?

Será que foi levado em consideração neste "estudo" que uma Praça das Forças Armadas ingressa no Quadro Permanente e acaba a sua carreira ao fim de 36 anos de serviço sendo apenas promovida uma única vez?

Será que neste "estudo" foi levado em linha de conta a total disponibilidade das Praças das Forças Armadas (24 horas por dia) para o desempenho das suas funções?

Está consagrado neste "estudo" que uma Praça no desempenho das suas funções sacrifica a própria vida se necessário no cumprimento do juramento que fez perante a Bandeira Nacional? Qual a outra função inserida no "mercado" que honra o mesmo juramento?

A Associação de Praças alerta todos os seus Associados em particular e todas as Praças em geral, para a mistificação que está a ser levada a cabo por este governo e em especial pela Tutela Política, na sociedade civil contra as Forças Armadas.

A AP sente-se no direito, consagrado em Lei, de alertar de forma viva e clara todas as Praças das Forças Armadas para mais este vil ataque a todos aqueles que juraram e juram defender a Pátria se necessário com o sacrifício da própria vida.

QUEM LUTA NEM SEMPRE GANHA, MAS QUEM NÃO LUTA PERDE SEMPRE!

A Direção
Lisboa, 25 de Março de 2013

Associação de Praças – Rua Varela Silva, Lte 12 – Loja B – 1750-403 Lisboa – Tel - 217 552 939 – Fax - 214 056 487 – Email – geral@apracas.pt